

FÓRUM

Submetido 26-08-2022. Aprovado 06-01-2023

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores convidados: Lindijane Almeida, Fernando Abrucio, Magda Lima Lúcio, Edgilson Tavares, e Maria Isabel Rodrigues

Pareceristas: Richardson Leonardi Moura da Camara , Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Políticas Públicas, Natal, RN, Brasil. Um dos revisores não autorizou a divulgação de sua identidade

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v28.86801>

INSERÇÃO DE ECONOMISTAS NO CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL: TRAJETÓRIA ACADÊMICA, ENSINO E PESQUISA

Presence of economists in the Public Field in Brazil: Academic trajectory, teaching, and research
Inserción de economistas en el Campo de Políticas Públicas en Brasil: Trayectoria académica, enseñanza e investigación

Agnaldo Valentin¹ | guilgui@usp.br | ORCID: 0000-0001-7930-0249

André Gal Mountian¹ | amountian@usp.br | ORCID: 0000-0002-8554-9873

João Guilherme Rocha Machado*² | jgrmachado@gmail.com | ORCID: 0000-0001-9627-9680

*Autor correspondente

¹Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

²Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O Campo de Públicas no Brasil tem caráter multidisciplinar e potencialmente interdisciplinar. A economia é citada como um de seus componentes, ao lado da administração pública, da ciência política e de outras áreas do conhecimento. O objetivo deste artigo é compreender a inserção de economistas no Campo de Públicas no Brasil. Para tanto, foi realizado um levantamento exaustivo da trajetória acadêmica de docentes economistas que atuam no campo, das disciplinas de Economia nas grades curriculares e dos artigos publicados em revistas classificadas no *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em anais de congressos. Os resultados indicam que economistas têm participação relevante nas instituições de ensino superior e em nível superior ao mínimo necessário para o ensino das disciplinas de Economia. Além disso, o levantamento permitiu identificar que economistas com formação interdisciplinar possuem maior inserção no Campo de Públicas do que economistas com formação disciplinar, na medida em que publicam seus artigos em revistas e congressos com centralidade em políticas públicas.

Palavras-chave: Campo de Públicas, economistas, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, políticas públicas.

ABSTRACT

*The Public Field is multidisciplinary and potentially interdisciplinary. Economics is one of its components, along with public administration, political science, and other knowledge fields. This paper aims to understand the presence of economists in the Public Field in Brazil. An exhaustive survey was conducted on a) the academic career of professors who are economists and work in the Public Field, b) courses related to economics in academic programs, and c) articles published in conference proceedings and journals evaluated through the *Qualis* system developed by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES). The results indicate that economists have relevant participation in higher education institutions and at a level above the minimum required to teach courses related to economics. In addition, the survey identified that economists with interdisciplinary training have a greater presence in the Public Field than economists with strict disciplinary training, to the extent that they publish their articles in journals and conferences focusing on public policies.*

Keywords: Public Field, economists, multidisciplinary, interdisciplinarity, public policies.

RESUMEN

*El Campo de Políticas Públicas en Brasil tiene un carácter multidisciplinar y potencialmente interdisciplinar. La Economía se cita como uno de sus componentes junto con la Administración Pública, la Ciencia Política y otras áreas de conocimiento. El objetivo de este artículo es comprender la inserción de los economistas en el Campo de las Políticas Públicas en Brasil. Para ello, se ha realizado un estudio exhaustivo de la trayectoria académica de los profesores economistas que trabajan en el campo, de las materias de Economía en los planes de estudio y de los artículos publicados en revistas clasificadas en *Qualis*/CAPES y en anales de congresos. Los resultados indican que los economistas tienen una participación relevante en las instituciones de educación superior y en un nivel superior al mínimo necesario para la enseñanza de las materias de Economía. Además, la encuesta identificó que los economistas con formación interdisciplinar tienen una mayor inserción en el Campo de las Políticas públicas que los economistas con formación disciplinaria, en la medida en que publican sus artículos en revistas y congresos centrados en políticas públicas.*

Palabras clave: Campo de Políticas Públicas, economistas, multidisciplinaria, interdisciplinaria, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas no Brasil tem caráter multidisciplinar e potencialmente interdisciplinar. É multidisciplinar na medida em que diferentes disciplinas se debruçam sobre políticas públicas, mas baseadas em suas próprias perspectivas, métodos e paradigmas. É potencialmente interdisciplinar porque existe a expectativa de desenvolvimento de uma nova abordagem para além das disciplinas que conformam o campo, com perspectivas, métodos e paradigmas próprios. No entanto, enquanto a multidisciplinaridade do campo é uma realidade, a interdisciplinaridade ainda consiste em um processo em curso (Pires, Silva, Fonseca, Vendramini, & Coelho, 2014, p. 123; Trottmann, Corrêa, Coelho, & Sarti, 2017, p. 249).

Invariavelmente, quando são apresentados os pilares que conformam o campo, a ciência econômica é citada como um de seus componentes, ao lado da administração pública, das ciências sociais e política, do direito e de outras áreas do conhecimento. Isso fica evidenciado tanto observando-se o movimento de professores e pesquisadores por sua institucionalização (Feneap, 2010, p. 3) como na sua formalização em diretrizes curriculares específicas (Brasil, 2014, p. 1) e também nos estudos de diversos acadêmicos (Vendramini & Almeida, 2017a; Coelho, Almeida, Midlej, Schommer, & Teixeira, 2020, pp. 500-501).

Todavia, verifica-se que a literatura que se debruça sobre o Campo de Públicas dá relativamente pouca atenção às suas relações com a economia, seja na produção acadêmica realizada por tais docentes, seja na trajetória formativa de docentes economistas que atuam no campo. Um exemplo dessa lacuna da literatura é o livro de Marques e Faria (2018) que propõe um diálogo entre o campo e as diferentes disciplinas que o compõem, tanto de forma central como de maneira mais periférica, em que a economia é ausente.

Esta investigação tem como objetivo analisar a inserção de economistas no Campo de Públicas no Brasil por meio de um levantamento da formação acadêmica de docentes economistas nos seus cursos de graduação. Aprofunda-se na sua trajetória acadêmica e em publicações em anais de congressos e periódicos acadêmicos. Além disso, para ajudar a compor esse mosaico, é verificada a disposição das disciplinas de Economia nos cursos de graduação do campo. Este artigo pretende contribuir para preencher a lacuna da literatura sobre a relação entre economia e o Campo de Públicas no Brasil, bem como estimular o mesmo tipo de investigação nas demais áreas que compõem o campo.

A premissa do artigo é que a vinculação de economistas ao Campo de Públicas é uma questão de grande relevância. Pensando em economistas também como formuladores de políticas, essa aproximação pode reduzir conflitos entre áreas finalísticas e a econômica, viabilizando a implementação de políticas públicas e a expansão do bem-estar. Economistas contribuem para a formação do que Hall (1993, p. 289) chamou de “discurso político da nação”, que por sua vez delimita a “fronteira aceitável da ação do Estado”. Em outras palavras, além de influenciar a formulação das políticas econômicas, contribui para moldar o que é aceitável na ação estatal e também na própria produção de políticas públicas de forma mais ampla.

A hipótese de pesquisa é que existe fraca inserção de economistas no Campo de Públicas. Espera-se que, majoritariamente, economistas que atuam no Campo de Públicas tenham for-

mação concentrada na área, lecionem disciplinas e divulguem seus trabalhos em congressos e revistas de economia.

Os resultados permitiram caracterizar os docentes economistas que atuam no Campo de Públicas como disciplinares (aqueles com formação somente em Economia) e interdisciplinares (aqueles com pelo menos uma formação fora da área). Constatou-se que a formação predominante é interdisciplinar (66% da amostra) e que tais economistas são mais inseridos no campo, uma vez que costumam publicar em revistas mais diversas com ênfase em temáticas urbanas e regionais e em anais de congressos de políticas públicas. Já os economistas disciplinares tendem a privilegiar revistas de economia e anais de congressos de mesma área. Assim, os resultados encontrados relativizam a hipótese inicial de fraca inserção de economistas no Campo de Públicas.

O artigo é composto de cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é realizada uma reflexão do Campo de Públicas como multidisciplinar e interdisciplinar, com foco na relação entre a economia e o campo. Na seção seguinte, são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para construir a base de dados que dá sustentação à presente pesquisa. Na quarta seção os dados são elencados e analisados. Na última seção estão as considerações finais.

CAMPO DE PÚBLICAS: MULTIDISCIPLINAR, INTERDISCIPLINAR E O LUGAR DA ECONOMIA

Esta seção desenvolve uma reflexão sobre as relações entre campos de conhecimento que ocorrem na investigação de fenômenos sociais, buscando compreender de forma mais detalhada a constituição de espaços de interação com amplitude multi e/ou interdisciplinar. Os objetivos são focalizar o Campo de Públicas como caso a ser examinado e delimitar seu diálogo com a economia.

Definir um campo de conhecimento como multidisciplinar ou interdisciplinar exige delimitações para ambos os conceitos. O primeiro reflete

uma colaboração entre pesquisadores de diferentes disciplinas, sem que um novo aparato conceitual seja discutido. Diferentes especialistas desenvolvem investigações e análises com base nos princípios estabelecidos por suas disciplinas, sem que se estabeleçam diálogos e trocas conceituais ou metodológicas entre eles (Santos, 2007, p. 53).

Logo, reduz-se a interação entre os especialistas, não obstante sua capacidade de solucionar problemas. O conteúdo disciplinar ganha relevância, limitando as trocas entre as áreas. O enfoque interdisciplinar “parte da integração de uma ou mais disciplinas em uma nova abordagem, com a consequente construção de seus próprios objetos, conceitos, premissas e paradigmas” (Santos, 2007, p. 54). Essa abordagem estimularia o contato entre seus participantes, a compor um grupo que passa a instituir novas fronteiras de investigação em consonância com o estabelecimento de conceitos, premissas e paradigmas.

Todavia, cabe destacar que o próprio conceito de interdisciplinaridade não se revela tão consolidado. Em recente revisão sobre a produção científica envolvendo o conceito de interdisciplinaridade, Santos, Coelho e Fernandes (2020, p. 13) puderam mapear diferentes concepções e limites associados. A revisão realizada pelos autores indica que poucos artigos faziam menção aos obstáculos à interdisciplinaridade; diante dos resultados obtidos, é proposta uma categorização em três grupos: institucionais, relacionados ao sujeito e epistemológicos. No primeiro aparece o problema da formação disciplinar herdada pela organização tradicional da formação acadêmica, bem como os conflitos associados de natureza da estrutura acadêmica, da burocracia e dos aspectos metodológicos. O segundo agrupa problemas sobre articulação e diálogo nas instituições, ausência de preparo pedagógico e insegurança com propostas interdisciplinares. Por fim, nas dificuldades epistemológicas foram identificados, entre outras, o problema de comunicação entre as ciências e a própria polissemia da interdisciplinaridade (Santos et al., 2020, pp. 16-22).

Sem ter a pretensão de hierarquizar as dificuldades nem muito menos de esgotar as possibilidades de suas superações, parece que ambientes acadêmicos e trajetórias formativas que favoreçam a dissipação da centralidade disciplinar podem ser fatores importantes para a constituição de um campo interdisciplinar em alinhamento à definição apresentada por Santos (2007).

Aproximando essa reflexão do Campo de Públicas, cabe ressaltar uma abordagem que discute a formação disciplinar e a interdisciplinaridade, destacada por Rizzi e Bambini (2019, p. 908), que afirmam que o desafio “dos professores do Campo de Públicas reside, em certa medida, na necessidade de se afastarem de suas comunidades de origem para forjar uma comunidade epistêmica própria, interdisciplinar”.

Nessa conceituação, a interdisciplinaridade do Campo de Públicas parece revelar-se em forja, agora considerando a complexa definição de comunidades epistêmicas fornecida por Haas (1992, p. 3). Segundo o autor, essas comunidades são formadas por profissionais, mesmo que de campos disciplinares diferentes, que:

- compartilham normas e princípios a compor uma base lógica para a ação social;
- possuem crenças que estabelecem ligações a um conjunto central de problemas e também entre ações e soluções a esses problemas;
- têm critérios intersubjetivos de validação do conhecimento produzido;
- têm um empreendimento político comum associado à competência profissional.

Essas características adequam-se aos conceitos mais complexos de interdisciplinaridade já indicados e, potencialmente, posicionariam os profissionais que compõem o Campo de Públicas como contribuintes nesse processo de conformação de normas, princípios, crenças e critérios sugerido por Haas (1992).

Nesse sentido, parece oportuno resgatar uma das definições encontradas na literatura sobre o Campo de Públicas:

Um campo *multidisciplinar* de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas,

problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia (Pires et al., 2014, p. 112, grifo dos autores).

Pires et al. (2014) tomam o cuidado de enfatizar o viés multidisciplinar, possivelmente entendendo a prevalência das contribuições especializadas dos participantes do campo. No entanto, no mesmo artigo, os autores afirmam que o campo não apenas já possui perspectiva multidisciplinar como está em processo de engendrar sua interdisciplinaridade no futuro. Em outros documentos encontramos também o reconhecimento do caráter interdisciplinar do campo e dos cursos de graduação que o conformam (Feneap, 2010, p. 3; Brasil, 2014, p. 1). Isso, entretanto, não implica necessariamente o surgimento de abordagem que consolide novos paradigmas, como sugerido por Santos (2007). Tendo em vista as dificuldades relatadas e o papel central dos cursos de graduação nessa articulação, o restante desta seção revisa, de forma breve, estudos que buscaram caracterizar o ensino e a pesquisa vinculados ao Campo de Públicas e como a economia está presente nessas duas áreas.

Do ponto de vista do ensino, muitos estudos concentram-se na análise da história da formação dos cursos de graduação e pós-graduação do Campo de Públicas, bem como em professores, pesquisadores e alunos que se mobilizaram para a institucionalização do campo. Parte importante desse processo se deu por meio da defesa do ensino e da pesquisa de administração pública, distintos do de administração de empresas. Além disso, esse componente inclui ainda a história dos cursos e formações para a burocracia pública (Pires et al., 2014; Farah, 2016b; Vendramini & Almeida, 2017b; Coelho, 2019; Coelho et al., 2020; Rodrigues, Almeida, & Silveira, 2020).

Sobre o aspecto da pesquisa, as publicações tendem a focar a evolução dos estudos acadêmicos e das análises realizadas por órgãos governamentais, incluindo as abordagens, os setores examinados, as metodologias usadas etc. (Melo, 1999; Souza, 2003; Capella, Soares, & Brasil, 2014; Sudano, Soares, & Vergili, 2015; Brasil & Capella, 2016; Farah, 2016a, 2018; Oliveira, 2016; Trottmann et al., 2017; Bento Almeida, Rodrigues, & Silveira, 2018; Etulain, Serafim, & Horochovski, 2018; Farah, Diniz, Marcondes, Youssef, & Silva, 2018; Marques & Faria, 2018).

Foge do escopo do presente artigo traçar a história do Campo de Públicas, no entanto faz sentido destacar três aspectos que evidenciam a sua institucionalização no Brasil. O primeiro diz respeito à aprovação, após intensa mobilização descrita por Pires et al. (2014), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública (Brasil, 2014). As diretrizes formalizam a administração pública, enfatizando seu caráter multidisciplinar, e, mais importante, são amplas e flexíveis o suficiente para abranger também cursos criados com outros nomes e características. As DCNs afirmam a separação da administração pública da administração de empresas, questionando a hegemonia de um currículo mínimo de administração com a lógica de escolas de negócios, que vigorou entre 1966 e 2005 (Coelho et al., 2020, p. 494). De forma semelhante, o período que precedeu a institucionalização do campo foi marcado no Brasil pela influência da nova gestão pública (*new public management*).

O segundo aspecto, do ponto de vista do ensino, está relacionado ao aumento expressivo de cursos de graduação no campo nos últimos anos. De 13 cursos em 1995, esse número alcançou 93 em 2006 (incluindo cursos sequenciais e tecnológicos) (Coelho, 2019, p. 122) e 171 em 2012 (Farah, 2016b, p. 205).

O terceiro aspecto, da perspectiva da pesquisa, associa-se ao grande aumento de publicações acadêmicas entre 2000 e 2011. Nesse sentido, o número de artigos publicados sobre políticas públicas em periódicos e anais de conferências selecionados passou de 259 durante o período 2000–2002 para 811 entre 2009 e 2011, chegando ao total de 2.341 artigos durante todo o período (Trottmann et al., 2017, p. 239).

O processo de institucionalização do Campo de Públicas também pode ser analisado pela sua relação com a ciência econômica. Consideramos a presença de disciplinas de economia nos cursos de graduação do Campo de Públicas como a materialização da importância da economia para o campo. Conforme demonstra Coelho (2019, pp. 42, 49, 54-55, 66-67, 95), desde os primeiros cursos de Administração Pública criados no país há disciplinas econômicas, embora chame a atenção a variação da sua proporção no tocante ao total de disciplinas, entre 10,6% (Universidade Federal da Bahia em 1962) e 33% (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo em 1965).

Do ponto de vista da pesquisa, os estudos sobre políticas econômicas com abordagem de políticas públicas não parecem ser muito comuns no campo. Por exemplo, em sua análise dos *policy studies* no Brasil, Farah (2018, p. 69) cita a forte presença de estudos em setores sociais específicos e indica que aos poucos foram sendo incorporados outros setores e temas, mas não menciona políticas econômicas.

A análise da produção mais recente no campo sugere que a presença de estudos ligados à economia é bastante marginal. Por exemplo, Capella et al. (2014, pp. 8, 12, 17) mostram que, das 87 teses, dissertações e artigos publicados entre 2003 e 2013 com aplicação de algumas das teorias sintéticas de políticas públicas (fluxos múltiplos, coalizões de defesa e equilíbrio pontuado), somente seis podem ser considerados potencialmente próximos à economia. A maior parte dos estudos estava nas áreas de gestão, educação, saúde, política urbana e segurança.

No mesmo sentido, Sudano et al. (2015) mostram que havia poucos estudos nos grupos de trabalho sobre políticas públicas nos anais dos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) entre 2002 e 2014 ligados a setores com proximidade à economia, usando teorias econômicas, e com autores que fizeram doutorado na área (Sudano et al., 2015, pp. 12-14). Por sua vez, alguns estudos recentes buscaram investigar políticas econômicas da ótica de análise de políticas públicas. Por exemplo, Valentin, Machado e Mountian (2020) tratam da formulação de políticas econômicas no contexto das crises de 2008 e 2020, e Machado (2022) estuda as políticas industriais recentes no Brasil da perspectiva de políticas públicas.

Se por um lado a economia é reconhecida como um dos pilares do Campo de Públicas, há evidências de que a sua materialização se dá mais em termos da presença de disciplinas de economia em cursos do Campo de Públicas do que em estudos de políticas econômicas

com uma abordagem de políticas públicas por pesquisadores do campo. Para ajudar a elucidar essa questão, a contribuição deste artigo atualiza as disciplinas com conteúdo econômico nos cursos atuais do campo, bem como a trajetória formativa e a recente produção acadêmica de docentes economistas.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O procedimento metodológico desta pesquisa é baseado nos estudos que delimitam e qualificam a produção científica no Campo de Públicas no Brasil. Foi coletada, em um recorte temporal, a produção acadêmica de docentes do campo.

Esta pesquisa diferencia-se da literatura preexistente em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, o recorte proposto envolve uma área específica no Campo de Públicas, que são docentes com formação em Economia. Com base nessa escolha metodológica, o artigo aprofundou-se na trajetória formativa e na produção acadêmica de tais docentes, estratégia pouco comum nos estudos que se debruçaram sobre o Campo de Públicas. O segundo aspecto diz respeito ao próprio processo de coleta das informações: enquanto a literatura especializada realiza a coleta em revistas e congressos relevantes no campo (Melo, 1999; Trottmann et al., 2017), aqui não há restrições à coleta de informações a priori, com o objetivo de compreender se docentes economistas submetem sua produção acadêmica a periódicos e congressos vinculados ao Campo de Públicas ou se possuem um padrão de publicação em periódicos e congressos de economistas que atuam em programas disciplinares.

Com o intuito de entender a inserção de economistas no Campo de Públicas no Brasil, foram selecionadas as 25 instituições de ensino superior (IES) (Tabela 1) que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em 2018 e que fazem parte da área de Administração Pública da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (código de área 100), modalidade presencial. Praticamente toda a amostra é composta de cursos criados depois de 2004, exceto os da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

Observa-se a predominância de cursos de Administração Pública nas IES selecionadas, mas com cinco cursos – Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Brasília (UnB) – com denominações diferentes. Além disso, todos os cursos são oferecidos por universidades públicas, com exceção da FGV, Processus e Unita. A relação de docentes desses cursos foi extraída dos *sites* oficiais das instituições e dos seus planos político-pedagógicos. A coleta ocorreu entre agosto de 2019 e maio de 2020.

É importante ressaltar como uma limitação analítica a heterogeneidade de informações obtidas, pois, enquanto alguns informam apenas os docentes pertencentes ao curso, outros agregam professores de outros cursos ou departamentos. Outra dificuldade refere-se à presença ou não de docentes temporários ou colaboradores. Nesse caso, quando identificados,

eles não foram incluídos na coleta. Além disso, é possível que o número de docentes economistas nas IES esteja subestimado, haja vista que a oferta de disciplinas com conteúdo econômico pode ser realizada por docentes do curso de Economia. Uma hipótese considerada é que esse fenômeno seja mais recorrente nos casos em que há cursos de Economia no mesmo *campus* dos cursos de Administração Pública. Por último, não foi possível separar o curso de Administração Pública do de Administração de Empresas (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; e Universidade Federal de Alfenas – Unifal), superestimando o número de docentes e criando um viés desfavorável à caracterização de docentes economistas presentes na base.

Com base nessa amostra, busca-se compreender a trajetória acadêmica de docentes dessas IES com formação em Economia. Esta pesquisa considera docentes economistas aqueles com pelo menos uma formação em Economia, seja graduação, seja mestrado, seja doutorado, independentemente de sua linha de pesquisa atual. Também foram considerados como economistas docentes com doutorado em andamento em Economia, mesmo sem graduação ou mestrado na área. Essa informação foi extraída de forma exaustiva do currículo *lattes* de cada docente. Nos casos em que a formação reportada não é na área de Economia *stricto sensu*, mas em áreas correlatas, como Desenvolvimento Econômico ou História Econômica, considerou-se como economista se a formação foi obtida em uma faculdade (ou departamento) de Economia. Com base nessa coleta e em outras informações apresentadas na Tabela 1, quatro dimensões analíticas foram estabelecidas.

Tabela 1. Dimensões analíticas e critérios de inclusão.

DIMENSÃO DE ANÁLISE	CRITÉRIO DE INCLUSÃO
Caracterização das instituições de ensino superior do Campo de Públicas por meio da presença e atuação de docentes economistas	Participação de economistas e carga de disciplinas de Economia nas grades curriculares*
Trajetória formativa	Perfil formativo docente (disciplinar ou interdisciplinar)
Publicações em periódicos classificados no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	Levantamento dos artigos que economistas publicaram do término da sua última formação, seja mestrado, seja doutorado, até o ano de 2019
Publicações em anais de congressos	Levantamento dos trabalhos publicados por economistas em anais de congressos entre 2010 e 2019 ou do ano de término da última formação, se ocorreu depois de 2010, em diante

*Foram consideradas como carga horária mínima a soma das disciplinas de Economia (Introdução à Economia, Microeconomia, Macroeconomia, Economia do Setor Público e Economia Brasileira) e como carga horária máxima aquela que inclui também outras, como Formação Econômica e Social do Brasil, Desenvolvimento Econômico, Finanças Públicas e Matemática Financeira.

Fonte: elaboração própria.

RESULTADOS E ANÁLISES

Caracterização das instituições de ensino superior

A Tabela 2 apresenta informações sobre o corpo docente, economistas, carga horária das disciplinas de Economia e estudantes ingressantes para todas as IES da amostra. O número total de docentes por IES varia expressivamente, também visível na diferença entre a média e a mediana (24 e 19, respectivamente). Quatro IES possuem mais de 40 docentes (FGV, FJP, UFABC e UFRJ), número muito acima da média geral e bem distante daquelas com menos de 40 docentes (média igual a 17 professores). Na FJP esse número é composto de funcionários de carreira que também atuam na docência, correspondendo a um caso único entre as IES. No outro extremo, há três IES com menos de 10 professores (Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc Camboriú – e Unita), provavelmente dependentes de professores de outros cursos e departamentos. Em 2018, os dados nacionais para todo o ensino superior indicavam a relação alunos entrantes/professor de 9 no geral e 3,3 para as IES públicas (Inep, 2020, pp. 22, 44). Para as IES da amostra, os dados indicam 3,1 alunos entrantes/professor, valor próximo ao das IES públicas (que representam praticamente 90% da amostra).

Tabela 2. Caracterização das instituições de ensino superior do Campo de Públicas com base na presença e atuação de docentes economistas e de disciplinas obrigatórias de Economia

FACULDADE	DOCENTES	ECONOMISTAS	ECONOMISTAS/ DOCENTES (%)	% MÍNIMA DE DISCIPLINAS	% MÁXIMA DE DISCIPLINAS	% ECONOMISTAS INTERDISCIPLINARES/ ECONOMISTAS	INGRESSANTES ANUAIS	INGRESSANTES/ DOCENTES	INGRESSANTES/ ECONOMISTAS
FGV*	54	7	13	11,2	14,3	42,9	100	1,9	14,3
FJP	59	18	30,5	11,4	15	61,1	40	0,7	2,2
Processus	20	3	15	2,6	5,1	100	120	6	40
Udesc Camboriú	9	2	22,2	7,7	12,8	50	80	8,9	40
Udesc*	24	2	8,3	4,3	6,5	50	80	3,3	40
UENF	8	3	37,5	12,3	15,4	100	20	2,5	6,7
UFABC*	41	6	14,6	5,8	9,6	83,3	74	1,8	12,3
Ufal	14	4	28,6	12,2	17,1	25,0	40	2,9	10,0

(continua)

(conclusão)

UFCA	17	1	5,9	7,8	13	0	50	2,9	50
UFF	14	4	28,6	9,1	13,6	75	40	2,9	10
UFLA	33	2	6,1	10	12,5	100	100	3	50
UFMG*	27	3	11,1	12,9	16,1	100	80	3	26,7
UFPR	9	3	33,3	4,2	4,2	66,7	50	5,6	16,7
UFRGS*	11	1	9,1	2,8	5,6	100	80	7,3	80
UFRJ	42	12	28,6	12,3	21,5	66,7	100	2,4	8,3
UFRN	16	5	31,3	0	0	100	120	7,5	24
UFRRJ*	13	3	23,1	8,6	14,3	100	45	3,5	15
UnB	10	2	20	17,2	17,2	100	50	5	25
Unear	20	2	10	s/i	s/i	100	40	2	20
Unesp*	11	2	18,2	7,5	10	100	100	9,1	50
Unicamp	28	8	28,6	8,2	12,4	62,5	60	2,1	7,5
Unifal*	65	17	26,2	11,6	14,5	35,3	100	1,5	5,9
Unilab	19	2	10,5	6,4	11	50	100	5,3	50
Unirio	30	4	13,3	2,2	8,7	100	100	3,3	25
Unita	9	2	22,2	6,4	8,5	50	100	11,1	50
Total	603	118	19,8	7,6	11,1	66,1	1.869	3,1	15,8

*Instituições de ensino superior com cursos de Economia no mesmo *campus* dos cursos do campo; s/i: sem informação; FGV: Fundação Getúlio Vargas; FJP: Fundação João Pinheiro; Udesc: Universidade do Estado de Santa Catarina; UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; UFABC: Universidade Federal do ABC; Ufal: Universidade Federal de Alagoas; UFCA: Universidade Federal do Cariri; UFF: Universidade Federal Fluminense; UFLA: Universidade Federal de Lavras; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UFPR: Universidade Federal do Paraná; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; UnB: Universidade de Brasília; Unear: Universidade Estadual de Alagoas; Unesp: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Unicamp: Universidade Estadual de Campinas; Unifal: Universidade Federal de Alfenas; Unilab: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; Unirio: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: elaboração própria

Sobre docentes economistas, cuja participação média (e mediana) se iguala a 20% do total, foi notada distribuição também heterogênea, destacando-se cinco IES com menos de 10% (Udesc, Universidade Federal do Cariri – UFCA, Universidade Federal de Lavras – UFLA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Estadual de Alagoas – Unear) e outras quatro com mais de 30% (FJP, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, UFPR, Universidade Federal do Rio Grande do Norte –

UFRN). É possível que, em alguns casos, a oferta de bacharelados em Economia no mesmo *campus* atribua as disciplinas obrigatórias a esses cursos, reduzindo o número necessário de economistas no quadro próprio dos cursos. Na Tabela 2 essa situação corresponde a oito casos (identificados com *), sendo seis deles abaixo da proporção total de economistas em relação ao número de docentes.

Os resultados mais expressivos, contudo, extraem-se quando comparada a presença de docentes economistas com a porcentagem de disciplinas associadas à economia. Em geral, há participação relativa de economistas superior às porcentagens máxima ou mínima de disciplinas de Economia, denotando presença superior às necessidades estritas dos currículos em vigor nesses cursos. A análise da relação entre alunos ingressantes e docentes em 2018 evidencia relativo equilíbrio, considerando o valor médio (3,1) e o valor mediano (3). Já na relação entre alunos ingressantes e economistas, a média (15,8) é inferior à mediana (24), sugerindo novamente uma desproporcionalidade de economistas no tocante ao total de docentes em muitas das IES.

Trajetória formativa

O levantamento identificou 603 docentes que atuam no Campo de Públicas no Brasil, dos quais 118 possuem pelo menos uma formação em Economia, seja graduação, seja mestrado, seja doutorado, permitindo separá-los entre disciplinares ou interdisciplinares (Tabela 3).

Tabela 3. Trajetória formativa de economistas que atuam no Campo de Públicas no Brasil

	ECONOMISTAS	GRADUAÇÃO EM ECONOMIA	MESTRADO EM ECONOMIA	DOCTORADO EM ECONOMIA
Economistas disciplinares	40	40	39	32
Economistas interdisciplinares	78	59	24	13
Total	118			

Fonte: elaboração própria

A Tabela 3 permite observar que economistas interdisciplinares constituem a maior parte do universo de economistas que atuam no Campo de Públicas no Brasil. De 118 docentes, 78 têm pelo menos uma formação fora do campo da ciência econômica, representando 66% da amostra. Outra característica que chama a atenção é que economistas interdisciplinares se distanciam da economia quando ingressam na pós-graduação, aproximando-se de outras áreas do conhecimento. Enquanto 59 docentes com formação interdisciplinar fizeram graduação em Economia, apenas 13 têm doutorado na área. Já economistas disciplinares representam 34% da amostra. De 40 economistas com formação disciplinar, 32 possuem doutorado na área. Esse número diminui à medida que oito docentes assim classificados não possuem doutorado, e um

é doutorando em Economia. Além disso, um docente com formação disciplinar em Economia foi diretamente para o doutorado.

É relevante compreender a trajetória formativa de economistas com formação interdisciplinar, pois, além de compor a maior parte da amostra, indica as opções de diversidade formativa. Considerando as escolhas na pós-graduação desse subgrupo de docentes, os caminhos mais comuns, além da economia, são: administração (11 no mestrado e nove no doutorado) e ciências sociais/ciência política (oito no mestrado e 10 no doutorado). Analisando especificamente as escolhas de pós-graduação, classificadas na área de políticas públicas, temos: administração pública (dois no mestrado e um no doutorado) e planejamento urbano e regional (três no mestrado e quatro no doutorado). Esta última, embora não seja de políticas públicas a rigor, foi considerada como correlata por sua vinculação com o campo.

A distribuição de economistas disciplinares e interdisciplinares entre as IES segue a preponderância de economistas interdisciplinares, como mostra a Tabela 2. Das 25 IES da amostra, 11 possuem somente docentes interdisciplinares. Essa elevada proporção parece salientar a existência de maior compatibilidade entre o campo e economistas com formação interdisciplinar. Adicionalmente, conforme apresentado na Tabela 2, a proporção de economistas em cada IES é majoritariamente superior à carga didática de economia nas grades curriculares, indicando que economistas estão lecionando disciplinas em outras áreas do conhecimento, evidenciando aproximação do campo.

Algumas IES da amostra possuem padrão diferente de inserção docente, com maior preponderância de economistas disciplinares. Exemplos são os cursos de Administração Pública da FGV, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e da Unifal, com 57,1%, 75,0% e 64,7% de de economistas disciplinares, respectivamente. Os cursos da Udesc de Camboriú, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Unita também possuem elevada participação de economistas disciplinares, não obstante a baixa presença de economistas nessas IES.

Publicações

Considerando nossa amostra, 97 economistas tiveram pelo menos um artigo publicado em revistas classificadas no Qualis entre o ano de conclusão da sua última formação acadêmica (mestrado ou doutorado) e 2019. Destes, 12 não haviam concluído o doutorado no período de coleta. Os artigos publicados foram agregados em três decênios a partir de 1990.

A Tabela 4 mostra que economistas do Campo de Públicas publicaram 874 artigos no período analisado, quantidade obtida após a exclusão de 18 artigos duplicados (artigos com mais de um autor na base). Chama a atenção o expressivo aumento do volume de publicações a partir de 2010, consistente com a criação recente da grande maioria dos cursos, conforme foi discutido na segunda seção e a conseqüente entrada de economistas na IES atual, corroborando o processo de consolidação do Campo de Públicas.

Tabela 4. Número de artigos, ano de término do doutorado e ingresso na instituição de ensino superior atual

PERÍODO	NÚMERO DE ARTIGOS	TÉRMINO DO DOUTORADO	INGRESSO NA INSTITUIÇÃO ATUAL
1990 a 1999	20	10	10
2000 a 2009	127	36	16
2010 a 2019	727	39	71
Total	874	85	97

Fonte: elaboração própria

A seguir, são apresentados alguns recortes derivados das publicações registradas no currículo *lattes* de docentes economistas. Privilegia-se a aproximação quantitativa ao selecionar os periódicos com maior número de artigos publicados, sempre considerando a estratificação entre disciplinares e interdisciplinares, conforme Tabela 5. O predomínio de publicações em favor de economistas interdisciplinares (58 a 33) é favorecido por sua maior participação na amostra. Entre as 12 revistas selecionadas, nenhuma delas se repete nos dois grupos. No conjunto, a lista é composta de periódicos de escopo mais amplo e também especializado, temática e regionalmente, sobretudo entre as escolhas de economistas interdisciplinares.

Comparando as listas, há alguns destaques importantes. A maior parte das revistas possui melhor classificação no *Qualis* de administração pública do que no de economia. Entre economistas disciplinares, enxergamos uma possível estratégia equilibrada entre a proximidade ao campo de economia e a necessidade de marcar presença produtiva visualizável por meio de periódicos com melhor classificação no Campo de Públicas. Já no grupo de economistas interdisciplinares, a preferência é por publicações em revistas de administração pública em detrimento da classificação em economia, uma vez que parte das revistas não possui classificação *Qualis* na área de economia.

Outra característica que diferencia os dois grupos é o tempo de existência dos periódicos, maior nas revistas mais escolhidas por economistas disciplinares. Entre as revistas preferidas por economistas interdisciplinares, destacamos dois periódicos mais recentes (*Temas de Administração Pública* e *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*), criados quando ocorre a expansão dos cursos de graduação de públicas.

Ainda utilizando os dados da Tabela 5, no grupo de disciplinares, as quatro revistas econômicas concentram 75,7% das publicações dessa subamostra. São, exceto a *Brazilian Keynesian Review*, periódicos com mais de 20 anos de existência e todos entre B1 e B3 na classificação *Qualis*. Completam a relação um periódico de administração e um de ciências sociais, ambos com mais de 20 anos. Entre as revistas econômicas, apenas duas possuem vínculo com universidades de nossa amostra – *Revista de Economia*, da UFPR, e *Nova Economia*, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Outras duas estão ligadas a associações de pesquisadores.

No caso das interdisciplinares, há o já destacado viés temático, com pelo menos cinco periódicos dedicados ao campo de estudos urbanos, regionais e geográficos, concentrando 86,2% dos artigos publicados. Completa a lista um periódico destinado a estudos de administração pública. Apenas um periódico está ancorado em instituição com curso de graduação presente em nossa amostra (*Temas de Administração Pública*, da Unesp), além de uma publicação por uma associação de pós-graduação e duas revistas sediadas em outros países.

Tabela 5. Distribuição dos periódicos com maior número de artigos publicados por docentes economistas do Campo de Públicas e classificação Qualis

ECONOMISTAS DISCIPLINARES			
PUBLICAÇÕES	QUALIS AP	QUALIS ECO	ARTIGOS
Revista de Economia Política	A2	B1	9
Revista de Economia (UFPR)	*	B3	6
Nova Economia (UFMG)	B1	B1	5
Brazilian Keynesian Review (AKB)	B4	B2	5
Revista de Sociologia e Política (UFPR)	B1	B2	4
Revista de Administração Pública (FGV Ebape)	A2	B2	4
ECONOMISTAS INTERDISCIPLINARES			
PUBLICAÇÕES**	QUALIS AP	QUALIS ECO	ARTIGOS
Cadernos Metrópole (PUC-SP)	B1	B2	16
Eure (Santiago, Chile)	A2	B4	10
Scripta Nova (Barcelona, Espanha)	B1	*	9
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Anpur)	B4	B2	8
Temas de Administração Pública (Unesp)	B5	*	8
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (Unitau)	B1	B3	7

AP: administração pública; Eco: economia; *não possui classificação Qualis; **a revista *Cadernos IPPUR* teve oito artigos, porém foi descontinuada em 2009; UFPR: Universidade Federal do Paraná; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; AKB: Associação Keynesiana Brasileira; FGV Ebape: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Anpur: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; Unesp: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Unitau: Universidade de Taubaté.

Fonte: elaboração própria

Participação em congressos acadêmicos

Esta pesquisa levantou os artigos publicados em anais de congressos por docentes economistas que atuavam no Campo de Públicas no período de coleta. O objetivo desse levantamento foi compreender se esses docentes publicam seus trabalhos em congressos vinculados à área classificada como de políticas públicas ou em congressos da área de economia.

A Tabela 6 mostra que os congressos mais frequentes em que economistas que lecionam no Campo de Públicas publicam seus trabalhos são: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), Anpocs, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) e Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas).

Tabela 6. Artigos publicados em anais de congressos por economistas que lecionam no Campo de Públicas no Brasil (2010-2019)

CONGRESSO	NÚMERO DE ARTIGOS	ARTIGOS DE ECONOMISTAS DISCIPLINARES	ARTIGOS DE ECONOMISTAS INTERDISCIPLINARES
Anpad	51	4	47
Anpur	32	2	30
Anpocs	24	2	22
Sober	24	8	16
Alas	22	1	21
Abep	18	3	15
Seminário sobre a Economia Mineira	17	14	9
SEP	16	14	2
ABPHE	14	6	8
SemeAd	14	0	14
Anpec	13	12	1
GIGAPP	13	1	12
ENEPCP	12	2	10
AKB	10	10	0
Alacip	10	1	9
Clad	8	1	7
Ecoeco	8	5	3
Abet	7	3	4

(continua)

(conclusão)

Enaber	7	0	7
Enapegs	7	1	6
Outros	535	144	385
Total	862	234	628

Anpad: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração; Anpur: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; Anpocs: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; Sober: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural; Alas: Asociación Latinoamericana de Sociología; Abep: Associação Brasileira de Estudos Populacionais; SEP: Sociedade Brasileira de Economia Política; ABPHE: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; SemeAd: Seminários em Administração; Anpec: Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia; GIGAPP: Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas; ENEPCP: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas; AKB: Associação Keynesiana Brasileira; Alacip: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política; Clad: Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento; Ecoeco: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica; Abet: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho; Enaber: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos; Enapegs: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.

Fonte: elaboração própria

É interessante observar que na publicação de artigos na Anpad, Anpur e Anpocs, bem como em outros congressos vinculados ao Campo de Públicas (Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCP – e Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS), há maior preponderância de economistas com formação interdisciplinar. Em relação aos disciplinares, chama a atenção a participação em congressos vinculados a tradições heterodoxas, como o da Sociedade de Economia Política (SEP), da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da AKB. Padrão similar observa-se em relação aos periódicos como a *Revista de Economia Política* e a *Brazilian Keynesian Review*, conforme Tabela 5, sugerindo que parte dos economistas disciplinares é filiada a essa tradição de pensamento. Não é o propósito deste trabalho analisar o debate entre linhas de pensamento em economia, mas é importante pontuar o sentido de heterodoxia, tal como proposto por Amado e Mollo (2004, p. 133): “Heterodoxos não apenas não creem no poder regulador do mercado, mas atribuem papel destacado à intervenção econômica do Estado”.

O padrão de inserção de economistas disciplinares e interdisciplinares é corroborado quando classificados segundo a área do conhecimento. A Tabela 7 mostra que, dos 116 artigos submetidos em congressos acadêmicos do agrupamento considerado como de políticas públicas, 100 foram apresentados por economistas interdisciplinares, sugerindo que esse subgrupo de economistas possui maior inserção no Campo de Públicas. Em congressos de economia, como era de se esperar, essa relação inverte-se. Dos 110 artigos publicados em anais de congressos de economia, 77 são de economistas disciplinares. Os principais congressos considerados como de Políticas Públicas são os seguintes: ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), CIDESP (Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público), CLAD (Centro Latino Americano para o Desenvolvimento), ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social), ENEAP (Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas), ENEPCP (Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas), GIGAPP (Grupo de Investigación en Gobierno, Administración

y Políticas Públicas) e IPPA (International Public Policy Association). Já os principais congressos de Economia foram: Seminário sobre Economia Mineira, SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política), ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia) e AKB (Associação Keynesiana Brasileira). A soma destes dois agrupamentos representa apenas 26,2% do total dos artigos, evidenciando a diversidade da produção acadêmica de economistas que lecionam no Campo de Públicas. A soma desses dois agrupamentos representa apenas 26,2% do total dos artigos, evidenciando a diversidade da produção acadêmica de economistas que lecionam no Campo de Públicas.

Tabela 7. Distribuição dos trabalhos publicados nos anais de congressos segundo agrupamentos temáticos

AGRUPAMENTOS	PUBLICAÇÕES	ECONOMISTAS DISCIPLINARES	ECONOMISTAS INTERDISCIPLINARES
Políticas públicas*	116	16	100
Economia	110	77	33
Administração*	86	9	77
Ciências sociais	68	13	55
Planejamento urbano, territorial e rural	54	3	51
Economia rural	41	13	28
História econômica	32	15	17
Interdisciplinar	31	5	26
Estudos populacionais	27	6	21
Ciência Política	24	5	19
Acadêmico/didático	21	4	17
Desenvolvimento	20	14	6
Outros	232	54	178
Total	862	234	628

*No caso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, foram utilizados os títulos para alocá-los em administração ou políticas públicas.

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a inserção de economistas no Campo de Públicas por meio de um levantamento exaustivo da trajetória de docentes economistas que atuam no campo, das disciplinas de Economia nas grades curriculares e dos artigos publicados em revistas classificadas no *Qualis* da Capes e em anais de congressos.

Confirmando a visão apresentada pela literatura de que a economia é um dos pilares do Campo de Públicas, foi observada a presença importante de docentes economistas e de disciplinas com conteúdo econômico nos cursos das IES da amostra, no entanto essa participação dá-se de maneira heterogênea, no tocante à quantidade de docentes economistas nas diferentes IES, no perfil formativo disciplinar ou interdisciplinar e na quantidade de disciplinas de Economia em cada curso.

O primeiro resultado encontrado foi que a proporção de docentes economistas em cada curso de graduação do Campo de Públicas é majoritariamente superior à carga didática de economia nas grades curriculares, indicando que tais docentes estão lecionando disciplinas em outras áreas do conhecimento. Isso corrobora o resultado de que a formação predominante de economistas é interdisciplinar, o que pode sugerir sinergia entre o ingresso na área e uma forma de pesquisar temas e constituir redes de coautoria que não são comuns em cursos disciplinares de economia. Pesquisas futuras poderão apontar se esse perfil de formação acadêmica é mais adequado para lecionar disciplinas de economia voltadas a estudantes do campo.

Um segundo aspecto, vinculado à recente expansão do número de cursos de graduação no Campo de Públicas, é que a maior parte de economistas que tiveram artigos publicados ingressou na atual IES na década de 2010. Ao mesmo tempo, o artigo mostrou o aumento do número de publicações de docentes economistas, movimento consistente com o crescimento das publicações sobre políticas públicas.

Por último, a predominância de economistas interdisciplinares possivelmente propicia maior aderência às diretrizes curriculares da administração pública, como também aos projetos político-pedagógicos dos cursos. Os dados revelam que tais economistas costumam publicar em revistas mais diversas com ênfase em temáticas urbanas e regionais e em anais de congressos de políticas públicas. Por outro lado, economistas disciplinares tendem a privilegiar revistas de economia e anais de congressos da mesma área. Sobre economistas disciplinares, os resultados sugerem, principalmente considerando os periódicos e congressos escolhidos, uma aproximação de pelo menos parte desse grupo aos normalmente identificados como heterodoxos.

Os dados levantados sugerem que economistas interdisciplinares são mais inseridos no Campo de Públicas do que os denominados disciplinares, o que relativiza a hipótese inicial sobre a fraca inserção de economistas no Campo de Públicas. Potencialmente, economistas interdisciplinares favorecem a interdisciplinaridade do campo com a economia. Por outro lado, os disciplinares parecem reforçar o componente multidisciplinar do Campo de Públicas. Para uma resposta mais acurada a essas questões, é necessário debruçar-se sobre o conteúdo das publicações e metodologias utilizadas, objeto de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- Amado, A. M., & Mollo, M. de L. R. (2004). Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. *Estudos Econômicos*, 34(1), 129-156. <https://doi.org/10.1590/s0101-41612004000100005>

- Bento Almeida, L. D. S., Rodrigues, M. I. A., & Silveira, R. M. D. C. (2018). Ensino no Campo de Públicas: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). *NAU Social*, 9(17), 103-117. <https://doi.org/10.9771/ns.v9i17.31441>
- Brasil (2014). Ministério da Educação. *Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasil: Ministério da Educação.
- Brasil, F. G., & Capella, A. C. N. (2016). Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. *Revista Política Hoje*, 25(1), 71-90. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3710>
- Capella, A. C. N., Soares, A. G., & Brasil, F. G. (2014). *Pesquisa em políticas públicas no Brasil: um mapeamento da aplicação de modelos internacionais recentes na literatura nacional*. Associação Brasileira de Ciência Política. https://www.academia.edu/18235309/Pesquisa_em_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas_no_Brasil_Um_mapeamento_da_aplica%C3%A7%C3%A3o_de_modelos_internacionais_recentes_na_literatura_nacional
- Coelho, F. de S. (2019). *História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas*. Enap.
- Coelho, F. de S., Almeida, L. de S. B., Midlej, S., Schommer, P. C., & Teixeira, M. A. C. (2020). O Campo de Públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino e Pesquisa*, 21(3), 488-529. <https://doi.org/10.13058/raep.2020.v21n3.1897>
- Etulain, C. R., Serafim, M. P., & Horochovski, R. R. (2018). O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro. *NAU Social*, 9(17), 46-58. <https://doi.org/10.9771/ns.v9i17.31444>
- Farah, M. F. S. (2016a). Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “Campo de Públicas”. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 959-979. <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>
- Farah, M. F. S. (2016b). Formação em política pública no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “Campo de Públicas”. *Estudios Políticos*, (49), 192-215. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n49a11>
- Farah, M. F. S. (2018). Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. *Revista do Serviço Público*, 69, 53-84. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i0.3583>
- Farah, M. F. S., Diniz, A. P. R., Marcondes, M. M., Youssef, L. M., & Silva, M. C. F. da. (2018). Gender and public policy: an overview of academic research in Brazil (1983- 2015). *Cadernos EBAPE.BR*, 18(3), 428-443. <https://doi.org/10.1590/1679-395164868>
- Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (Feneap). (2010). *Carta de Balneário Camboriú*. Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública, Balneário Camboriú. https://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_camboriufimagostovpf.pdf

- Haas, P. M. (1992). Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 46(1), 1-35. <https://doi.org/10.1017/S0020818300001442>
- Hall, P. A. (1993). Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, 25(3), 275-296. <https://doi.org/10.2307/422246>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2020). *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2018: Informação da Publicação*. http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6960488
- Machado, J. G. R. (2022). The recent industrial policies in Brazil and their conditionalities: a public policy perspective (tese de doutorado). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32160>
- Marques, E., & Faria, C. A. P. de (2018). A política pública como campo multidisciplinar. 2ª ed. Editora Unesp; Editora Fiocruz.
- Melo, M. A. (1999). Estado, governo e políticas públicas. In S. Miceli (Ed.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): ciência política* (v. 3, pp. 59–99). Sumaré; Anpocs/Capes.
- Oliveira, V. E. de. (2016). Public health and public policies: similar but different fields. *Saúde e Sociedade*, 25(4), 880-894. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016172321>
- Pires, V., Silva, S. de A. M., Fonseca, S. A., Vendramini, P., & Coelho, F. de S. (2014). Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), 110-126. <https://doi.org/10.21118/apgs.v6i3.4650>
- Rizzi, E. G., & Bambini, G. (2019). A tarefa de ensinar direito no campo das políticas públicas: o desafio de integrar uma comunidade epistêmica interdisciplinar. *Revistas de Estudos Internacionais*, 5(3), 904-925. <https://doi.org/10.21783/rei.v5i3.434>
- Rodrigues, M. I. A., Almeida, L. de S. B., & Silveira, R. M. da C. (2020). *Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas (EG/FJP) e de gestão de políticas públicas (UFRN) na identificação de uma identidade coletiva para os cursos do Campo de Públicas*. In L. de S. B. Almeida, M. I. A. Rodrigues, R. M. da C. Silveira, & C. M. O. Melo (Eds.), *Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública* (pp. 76–100). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Santos, G. dos, Coelho, M. T. Á. D., & Fernandes, S. A. F. (2020). A produção científica sobre a interdisciplinaridade: uma revisão integrativa. *Educação em Revista*, 36(1), 1-29. <https://doi.org/10.1590/0102-4698226532>
- Santos, M. S. dos. (2007). Integração e diferença em encontros disciplinares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(65), 51-60. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300005>
- Souza, C. (2003). “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 15-20. <https://doi.org/10.1590/s0102-69092003000100003>

- Sudano, A. D. C. G. P., Soares, A. G., & Vergili, G. E. (2015). *O debate sobre a pesquisa em políticas públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS: evolução e desafios*. XXXIX Encontro Anual da ANPOCS, 1-28. Caxambu.
- Trottmann, P., Corrêa, V., Coelho, F. de S., & Sarti, F. M. (2017). A produção científica em políticas públicas no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. *Revista de Discentes de Ciência Política da UfSCar*, 1(2), 223-253. <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.2017.1.2>
- Valentin, A., Machado, J. G. R., & Mountian, A. G. (2020). Políticas públicas em contextos de crise: uma análise comparada da formulação das políticas econômicas no Brasil em 2008 e 2020. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(4), 19-34. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i4.5976>
- Vendramini, P., & Almeida, L. de S. B. (2017a). *Apresentação*. In P. Vendramini & L. de S. B. Almeida (Eds.), *Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil* (p. 11). Udesc.
- Vendramini, P., & Almeida, L. de S. B. (2017b). *Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil*. Udesc.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Agnaldo Valentin: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

André Gal Mountian: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

João Guilherme Rocha Machado: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.